

Índice

O outro, e maior, dilema social	1
Acordos de Abraão e paz no Médio Oriente	2
Sociedade do conhecimento precisa da mão e do coração	4
“Cómo evitar un desastre climático”	4
“A Culpa”	5

O outro, e maior, dilema social

“O Dilema das Redes Sociais” (“The Social Dilemma”) é um documentário da Netflix que veio reavivar o debate sobre os perigos da Internet e do uso das redes sociais. Apresenta uma nova abordagem. Não se centra nas questões de privacidade e dados que têm dominado a narrativa nos últimos tempos, levantando sim uma pergunta sobre a essência das redes: Estamos a ser manipulados? É essa a sua finalidade?

“O Dilema das Redes Sociais” recorda a facilidade que os seres humanos têm para entregar a sua liberdade em troca de algum circo. O documentário combina uma série de entrevistas a génios tecnológicos, alguns que têm imenso impacto nas nossas vidas (como o criador da tecla do “Gosto disso”), com uma espécie de ficção distópica na qual nos recorda as consequências desastrosas a que o mau uso das redes sociais nos pode levar.

O nome *dilema* é acertado, pois o documentário mostra duas frentes: a capacidade que têm as redes sociais para unir as pessoas, de comunicar entre si e de oferecer informação instantânea, *versus* a sua capacidade de nos manipular, gerar dependência e dissociar-nos da realidade. Desta vez, não se trata da privacidade. A intenção do realizador Jeff Orlowski é clara: mostrar que a manipulação e a dependência que as redes sociais geram, não é um efeito negativo aleatório ou consequente: é intencional e procurado como modo de rentabilizar ao máximo os produtos.

De alguma forma, já o sabíamos: sabíamos que pagamos a gratuidade com o nosso tempo e atenção. Todavia, necessitávamos talvez que os próprios doutores Frankenstein nos dissessem com clareza e vigor que a intenção é utilizar-nos; e que isso não vai ser corrigido por ser muito difícil, mas porque contraria o modelo de negócio.

Orlowski tenta mostrar-nos esta realidade, desajeitadamente, através de pedaços da vida de uma família normal. Nesta história paralela, um dos filhos é rapidamente radicalizado pelas *fake news* que lê na Internet. A falta de jeito do documentário deve-se ao facto de mostrar unicamente o caso limite: os suicídios, as organizações extremistas, as fraudes milionárias soam-nos longínquas. No entanto, a incapacidade de deixar de ver o vídeo de cozinha ou a necessidade de abrir a notificação quando a vemos, ecoam-nos muito mais perto e não deixam de ser preocupantes.

O reconhecimento na primeira pessoa, por parte dos génios tecnológicos, da sua participação na criação de um monstro, impacta-nos muito mais. A mera menção de disciplinas como o Growth Hacking (piratear a psicologia das pessoas para conseguir que convidem mais utentes) desagrada-nos. Ouvir pessoas como Tim Kendall, ex-diretor de rentabilidade do Facebook; Jeff Seibert, ex-chefe de produto de consumo do Twitter; Justin Rosenstein, um dos inventores das páginas do Facebook, etc, confessar-nos que o verdadeiro produto não se trata apenas do nosso tempo ou atenção, mas a pequena e quase impercetível mudança no nosso comportamento, isso é aquilo que leva a assustar.

Daí que, a analogia da ferramenta não é grande coisa: uma ferramenta é neutra e depende totalmente do nosso uso. As redes sociais [não são neutras](#): estão intencionalmente construídas para vender-nos pela melhor oferta. Os anunciantes não pagam apenas para que vejamos os seus anúncios: pagam para que compremos, mudemos, votemos, etc. As redes são quem nos tem de levar a fazermos isso.

O documentário explica estes sofisticados mecanismos de persuasão das redes sociais e porque acreditamos que o algoritmo nos mostra coisas que nos interessam, mas que na realidade nos mostra o que fará com que nos interesse aquilo que nos ensinam. Isto leva à polarização e à radicalização, fenómeno que foi o que despertou o interesse de Orłowski ao deparar com o negacionismo férreo da mudança climática. O verdadeiro problema não é que aquilo que nos é mostrado seja um “único” lado da história; o problema é que muitas vezes o que nos é mostrado é falso.

E é aqui onde está o verdadeiro dilema para a nossa sociedade desejosa de relativizar toda a informação: se queremos acabar com as *fake news*, haverá que reconhecer a existência das *real news* e recuperar a verdade no discurso público. Talvez esta seja a conclusão mais valiosa e surpreendente do documentário: a nossa sociedade não pode sobreviver a uma relatividade total onde se acredita naquilo que se quer. “Imagine-se um mundo onde ninguém saiba o que é a verdade”, diz Tristan Harris.

Esse mundo já está por cá. Se não estivermos de acordo em que existem certas verdades e que estas têm um valor objetivo, será difícil corrigir os erros dos algoritmos das redes que atribuem valor à informação na sua capacidade de nos agarrar. Obviamente, se o critério for o nível de potencial dependência que criam, as notícias reais equilibradas e medidas perdem sempre a batalha e ficam relegadas para o final do nosso *feed* (se é que aparecem). Uma coisa é usar os nossos dados para prever o nosso comportamento; outra coisa é criar algoritmos que nos impedem de descobrir informação verdadeira e que utilizam a nossa psicologia contra nós para nos manipular e convencer. Esta é a acusação que “O Dilema das Redes Sociais” faz. Que fica nas nossas mãos? Nisto não há novidades: estarmos conscientes de que ainda nos resta alguma liberdade e procurar usá-la o melhor possível.

Talvez a maior falha esteja no facto de nos dificultarem os cuidados a ter com os mais vulneráveis: crianças e adolescentes que ainda não têm um critério e uma capacidade de discernimento formados. É difícil protegê-los quando o algoritmo luta para os envolver num mundo de *likes*, filtros e pura satisfação instantânea. Por isso, o documentário tenta mostrar como a influência é diferente em cada membro da família. O que está em jogo não é só a saúde mental dos jovens, mas a solidez das instituições democráticas que podem ser corrompidas se criarmos os nossos filhos com base numa dieta exclusiva de *memes* e [TikToks](#).

Acordos de Abraão e paz no Médio Oriente

Após os acordos assinados no ano passado por Israel com os Emiratos Árabes Unidos e o Bahrein, será de esperar que chegará por fim a paz ao Médio Oriente num futuro não longínquo? O avanço é importante, mas não existem progressos em dois âmbitos cruciais: a questão palestina e o confronto com o Irão.

O conflito do Médio Oriente é talvez o mais prolongado no plano mundial, com uma duração de 73 anos se remontarmos à fundação do Estado de Israel em 1948, ou – mais exactamente – um século, se tomarmos como ponto de partida a Declaração Balfour de 1917, uma tomada de posição favorável do governo britânico ao estabelecimento da imigração judaica na Palestina. Quatro guerras entre Israel e os Estados árabes vizinhos marcaram o auge do confronto entre 1948 e 1973, embora nas décadas seguintes se tenham feito acordos de paz bilaterais de Israel com o Egipto (1978) e Jordânia (1994). E [os acordos de Oslo](#) (1993) abriram a possibilidade do estabelecimento de um Estado palestino independente, com uma fase prévia de autonomia limitada nos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

Mas ao longo de um quarto de século, os obstáculos à paz foram-se sucedendo: assassinio do primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin, favorável à paz; subida ao poder em Israel do partido de direita Likud, apoiado pelos partidos religiosos e pelos colonos nos territórios ocupados; radicalização dos palestinos através dos islamistas do Hamas que controlam a Faixa de Gaza, de onde se lançam ataques a Israel, acompanhados das correspondentes represálias... Como se fosse pouco, no programa do até recentemente governo conservador de Benjamín Netanyahu, figurava a anexação por Israel de um terço do território da Cisjordânia, algo que satisfaz os colonos israelitas, e que a ser concretizado, traria mais tensões e violências.

Perante perspectivas tão desoladoras, as notícias sobre novas iniciativas de paz no Médio Oriente, que passam pelo reconhecimento do Estado de Israel por parte dos Emiratos Árabes Unidos (13 de agosto de 2020) e pelo emirato do Bahrein (11 de setembro de 2020), são surpreendentes. A iniciativa foi oficializada a 15 de setembro do ano passado na Casa Branca, na presença de Donald Trump, o patrocinador do plano. Tudo parece indicar que isto seria o ponto de partida para que outros países do Golfo Pérsico fizessem o mesmo, nomeadamente o sultanato de Omã e o reino da Arabia Saudita. Depois chegaria a vez do Sudão (fê-lo em janeiro deste ano) e de Marrocos (fê-lo em dezembro de 2020), país este que abriu um escritório de relações externas com Israel, fechado após uma enésima crise na Faixa de Gaza em 2009. Os acordos de paz foram batizados com a pomposa denominação de Acordos de Abraão, uma referência bíblica à origem comum de judeus e muçulmanos, filhos do patriarca por serem descendentes de Isaque e Ismael.

O texto do documento subscrito em Washington apela ao entendimento mútuo e à coexistência, assim como ao respeito pela dignidade humana e pela liberdade, incluindo a liberdade religiosa. Segundo os termos empregues, os acordos procurariam promover o diálogo interreligioso e intercultural entre as religiões abraâmicas, embora na realidade sejam uma consequência da evolução da situação geopolítica do Médio Oriente, e, particularmente, da região do Golfo Pérsico. Além disso, há uma série de vantagens materiais das quais beneficiariam os subscritores, como futuros tratados comerciais, intercâmbios de bens e serviços, viagens e turismo.

Em nenhum momento afirmou Benjamín Netanyahu que os acordos implicariam uma renúncia às anexações territoriais na Cisjordânia. Se assim fosse, o seu governo terminaria. Perder o apoio dos colonos e dos judeus mais ortodoxos não iria compensar o escasso apoio que pudessem vir a dar-lhe os defensores de estabelecer um Estado para os palestinianos (contudo, Netanyahu acabou por ser afastado, devido a ter-se formado uma coligação do Partido da Nova Direita do novo primeiro-ministro Naftali Bennett com o Partido centrista Há um Futuro de Yair Lapid).

Apesar de tudo, Donald Trump, falando mais uma vez por sua conta, referiu que as anexações não eram iminentes e que, provavelmente, o tema não voltaria a colocar-se até 2024. De qualquer forma, Netanyahu salientou que os acordos são um pequeno passo para que a paz no Médio Oriente se estenda progressivamente a outros Estados árabes, o que levaria a terminar de uma vez por todas com o conflito israelo-árabe.

Diga-se que o conflito entre Israel e os países árabes está congelado, apesar das tomadas de posição retóricas, há quatro décadas. Os conflitos de tipo geral já não se apresentam desde que o presidente egípcio Sadat assinou unilateralmente os acordos de Camp David para recuperar a península do Sinai. Mas o que não foi solucionado, nem está em vias de sê-lo, é o conflito israelo-palestiniano. Os acordos vêm a ser mais uma confirmação de que a maioria dos Estados árabes, para lá de uma solidariedade formal com os palestinianos, não querem envolver-se numa questão que, durante décadas, só lhes trouxe prejuízos, alguns deles territoriais, e dores de cabeça.

Por outro lado, o aumento do islamismo radical tão-pouco favoreceu a causa palestiniana. A Al Qaeda e o ISIS assumiram-na como justificação para muitas das suas ações. No caso da maioria das monarquias do Golfo Pérsico, os islamistas são seus inimigos declarados, e a sorte dos radicais do Hamas, no poder na Faixa de Gaza, não constitui para esses regimes algo que seja vital. Não obstante, o Bahrein, um dos subscritores dos acordos de Abraão, justifica que estabelecer relações com Israel representa uma possibilidade de “defender o povo palestiniano e de vir a concretizar a sua esperança de um Estado independente no quadro de uma região estável e próspera”. É muito provável que outros países se expressem em termos similares.

Contudo, as iniciativas bilaterais contradizem o acordado pela Liga Árabe na sua Iniciativa de Paz (2002), promovida pela

Arábia Saudita e aprovada numa cimeira em Beirute. Nela salienta-se que os Estados membros estabeleceriam relações com Israel quando existisse um Estado palestiniano independente com capital em Jerusalém Leste. Os 57 países da Organização da Conferência Islâmica deram também o seu apoio à iniciativa.

A Arábia Saudita, impulsionadora daquela iniciativa, não disse explicitamente que vai estabelecer relações com Israel em data próxima, embora tenha elogiado a decisão dos Emiratos Árabes Unidos e do Bahrein. Comenta-se que Salman bin Abdulaziz, rei de 85 anos e de frágil saúde, não dará o passo, embora o pudesse fazer, cedo ou tarde, o príncipe herdeiro Mohamed bin Salmán, que dirige *de facto* o reino. Segundo alguns, os sauditas, guardiões dos lugares santos de Meca e de Medina, não veriam com bons olhos o reconhecimento de um Estado não árabe que controla Jerusalém, a terceira cidade santa do Islão.

Estes escrúpulos não os teria o príncipe saudita, que fomentou a aproximação dos países do Golfo Pérsico a Israel, pois vê uma ameaça muito maior no Irão, país cuja zona de influência se estende pelo Líbano, Síria e Iraque, apoia os hutis na guerra civil do Líbano, e conta com o emirato do Qatar como aliado. A isto acrescentar-se-ia a realidade dos EUA virem a sair do Médio Oriente, seja com Trump ou agora com Biden. As monarquias árabes necessitam de um aliado poderoso, bem relacionado com Washington, e este só pode ser Israel, que poderia ter acesso a instalações militares nas costas do Golfo Pérsico. Há também outro elemento relacionado com o negócio dos armamentos: a venda de caças F-35 norte-americanos aos Emiratos Árabes Unidos (suspensa em janeiro por Joe Biden), ambicionados pelos sauditas, e que agora só Israel possui.

Examinando a História, é curioso que na entrevista entre o presidente Franklin Roosevelt e o rei saudita Ibn Saud, em fevereiro de 1945, o monarca se tenha oposto energicamente ao estabelecimento de um Estado judeu na Palestina. No entanto, essas discrepâncias rapidamente se resolveram graças aos mútuos interesses petrolíferos e de segurança. Mas a realidade atual é que os palestinianos foram marginalizados pelos sauditas. Isto explica que, desde há alguns anos, a causa palestiniana tenha encontrado o apoio do Irão. Aparentemente, palestinianos e iranianos pertencem a ramos opostos do Islão, sunitas e xiitas, mas a república islâmica do Irão encontrou nos palestinianos uma justificação para a sua mensagem revolucionária universal de libertação dos oprimidos.

Os acordos de Abraão assentam no pragmatismo, mas não escondem a sua fragilidade. Se o atual governo israelita que se seguiu ao de Netanyahu, do primeiro-ministro Naftali Bennett, conseguir anexar um terço da Cisjordânia, essas relações diplomáticas sofrerão um grave contratempo. Os governantes do Golfo Pérsico são autoritários, mas não podem deixar de ter em conta o impacto da decisão sobre as suas respetivas opiniões públicas, e logicamente ficarão incomodados, e sem capacidade para influir nas decisões de Israel.

A. R. R.

Sociedade do conhecimento precisa da mão e do coração

Em "[Head, Hand, Heart](#)", o ensaísta britânico David Goodhart reflete sobre a evolução do trabalho na sociedade do conhecimento, afirmando – numa [entrevista de Laetitia Strauch-Bonart](#) para "Le Point" (10.10.2020) – que temos demasiados trabalhadores superqualificados. Poderia ser uma das causas da alienação que muitos experimentam, porque a sociedade concede um valor e prestígio excessivos à inteligência, ou seja, às capacidades cognitivas e analíticas: privilegia-se a "cabeça" sobre a "mão" e o "coração".

Seria um efeito não desejado do aumento da população universitária, que [na OCDE](#) alcança já 40 % das pessoas de 25-34 anos: um movimento positivo do ponto de vista democrático ou igualitário, mas que começa a provocar exclusão. Crescem as frustrações, porque não se alcança a esperada ascensão social. Anos depois da sua licenciatura, um terço dos formados sofre o desajustamento de não encontrar trabalhos adequados ao seu nível de conhecimentos. Além disso, "a inteligência artificial pode infligir à classe intelectual o que a automatização fez às profissões manuais: automatizará muito 'pensamento', substituído por algoritmos".

Isto convida a voltar a abordar a divisão entre diferentes tipos de trabalho. Salienta Goodhart: "Se se pergunta a um economista porque são mal pagos os trabalhos nas residências de idosos medicalizadas, responderá que qualquer pessoa pode fazer isso. Não é necessária uma qualificação intelectual especial para estas tarefas. Mas sabemos muito bem que nem toda a gente as desempenha corretamente. Não fazemos uma seleção meritocrática para esses empregos, em parte porque não temos as ferramentas para avaliar objetivamente estas competências: é muito difícil quantificar o talento emocional para se ocupar dos outros".

A dignidade da "mão" e do "coração" não pode reduzir-se a dinheiro nem a estatuto social. Normalmente, o estatuto social depende do dinheiro, mas nem sempre isso acontece: trabalhos muito qualificados são mal pagos, como se passa com os artistas, diz Goodhart. E o contrário: um bom canalizador pode ganhar mais de 100 000 euros por ano. Mas as coisas estão a mudar. "Quando os eletricitistas e os canalizadores ganham mais do que os universitários, os jovens começam a escolher este caminho". Pouco a pouco "ir-se-á atribuir mais prestígio ao coração e à mão".

De facto, na sociedade atual tem-se propagado "uma espécie de nostalgia por alguns ofícios manuais, como se vê, por exemplo, na obsessão pelos [programas televisivos de cozinha](#)". Goodhart explica-o assim: "Esses ofícios exigem concentração e humildade, e são personificados. É uma relação com o mundo muito sã".

"Cómo evitar un desastre climático"

"How to Avoid a Climate Disaster"

Autor: Bill Gates
Plaza & Janés. Barcelona (2021)
318 págs

2050. Essa é a data limite que o filantropo e fundador da Microsoft, Bill Gates, marca para se poder evitar o desastre climático. E isto exige que nessa altura tenhamos reduzido a zero as emissões líquidas de carbono para a atmosfera. Será possível consegui-lo? Gates tem um plano que envolve administrações públicas, empresas e cidadãos, e está otimista, embora advirta que a mudança climática, se não atuarmos, pode ser tão mortífera, ou mais, do que o coronavírus.

Todos os anos, o ser humano lança aproximadamente 51 000 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa. No ano passado, com o confinamento, só se cortaram 5 %. Como fazer para chegar a zero? O ensaio, com um subtítulo sugestivo – "As soluções que já temos e os avanços de que ainda necessitamos" –, tem uma abordagem global e precisa das profundas mudanças que devemos fazer no nosso modo de criar energia, construir, alimentar-nos, mover-nos e aquecer ou arrefecer os edifícios.

O importante, segundo Gates, são os prémios verdes, ou seja, a diferença de custo entre as atuais tecnologias e as verdes, entre um carro a gasolina e um elétrico, ou o custo da eletricidade gerada por carvão relativamente à criada num campo eólico. Nalguns casos, essa diferença é considerável, mas em muitos outros é perfeitamente assumível.

Gates está otimista, porque confia na inovação. Quando fundou a Microsoft, procurava colocar em cada escritório um computador, e hoje, conforme indica, todos temos um no bolso. De igual maneira, acha ser possível nos próximos anos terminar a transição energética e passar a depender de fontes não poluidoras.

Algumas das soluções que propõe não estão isentas de polémica. O norte-americano conta-se entre os promotores da energia nuclear. Por outro lado, advoga a modificação genética de alimentos para poder alimentar a população mundial e ajudar o desenvolvimento dos países mais pobres.

E, neste ponto, chegamos ao problema da desigualdade. Segundo Gates, as pessoas com rendimentos elevados e médios são responsáveis por grande parte da mudança climática, enquanto que os pobres, que não contribuíram para causar o problema, são os que "provavelmente irão sofrer mais os seus efeitos". De facto, Gates começa por entoar um *mea culpa*

sobre os perniciosos efeitos ambientais do seu próprio estilo de vida. Temos de conseguir, portanto, que a população com menos recursos possa melhorar a sua qualidade de vida “sem agravar a mudança climática”.

O estilo do livro é agradável, de fácil leitura, desideologizado e repleto de dados. O seu autor confessa que o escreveu com a esperança de fomentar a discussão e motivar a ação. Reconhece que há muita confusão sobre estes temas, e reclama debater de modo construtivo e refletir sobre “planos realistas e concretos para alcançar a meta de zero emissões”.

C. G. P.



“A Culpa”

“The Guilty”

Realizador: Gustav Möller
Atores: Emma Thompson; Daniel Brühl
Duração: 88 min.
Ano: 2018

Um polícia no seu escritório atende um telefonema. É uma mulher desesperada que se queixa aflita de estar a ser raptada. A chamada cai. O polícia tenta restabelecer a ligação. Sucedem-se novas tentativas... mas a dada altura a voz já não é a mesma... Dá-se conta de que há uma ameaça com perigo de vida, pois o agressor usa uma faca. A tragédia é iminente... e o

polícia nem consegue identificar bem a pessoa ou localizar a origem do telefonema.

Este filme de suspense passa-se sempre no interior das instalações de uma esquadra. O telefone é a única ligação ao exterior. O polícia sente-se desamparado. Decide então recorrer a pessoas a quem reconhece boas competências. A uma pede que localize a origem da chamada e a outra solicita que se desloque depois ao local. Ele sabe que só com o apoio de outros terá sucesso. Entretanto, não deixa de manter a ligação telefónica com a vítima... mas pouco a pouco vai-se apercebendo que a vítima não é quem parece... Tudo ganha um novo sentido ao aceitar dialogar com outras pessoas que também entram nessas chamadas. Faz perguntas mas escuta! Acima de tudo, vai transmitindo esperança, para criar espaço e tempo onde as pessoas que vai envolvendo no caso, consigam atuar e resolver o que parecia ser um caso perdido.

No fim, o *happy end* revela uma surpresa... porque as aparências enganam.

Tópicos de análise:

1. Conhecer a realidade dos factos é decisivo para a ação.
2. A decisão não se pode basear em suposições ou aparências...
3. O apoio de pessoas competentes é crucial numa iniciativa.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

